



E Macro

BERNARDO PIRES DE LIMA / Investigador do IPRI e sócio da FIRMA

“Não há UE sem democracia”

Para salvar as economias da Covid-19, os Estados-membros da UE parecem dispostos a fechar os olhos às violações do Estado de direito na Hungria e na Polónia. Pagarão mais tarde um preço mais alto?

Texto **Nuno Aguiar** Fotos **José Carlos Carvalho**

A EXAME tinha combinado entrevistar Bernardo Pires de Lima na segunda-feira a seguir ao Conselho Europeu decisivo, marcado para sexta e sábado, no qual deveriam ficar acordados os moldes do fundo de recuperação da UE. Como talvez devêssemos ter desconfiado, na segunda-feira de manhã a cimeira ainda não tinha terminado e acabaria por ficar a meia hora de bater o recorde do mais longo encontro dos chefes de Estado da UE. Mas as linhas gerais eram claras: grandes concessões ao grupo dos “frugais”, com uma redução do valor das subvenções de 500 para 390 mil milhões de euros. O holandês Mark Rutte sairá do encontro com capital político reforçado, e fica claro que a união das maiores economias europeias já não chega para tomar decisões na Europa.

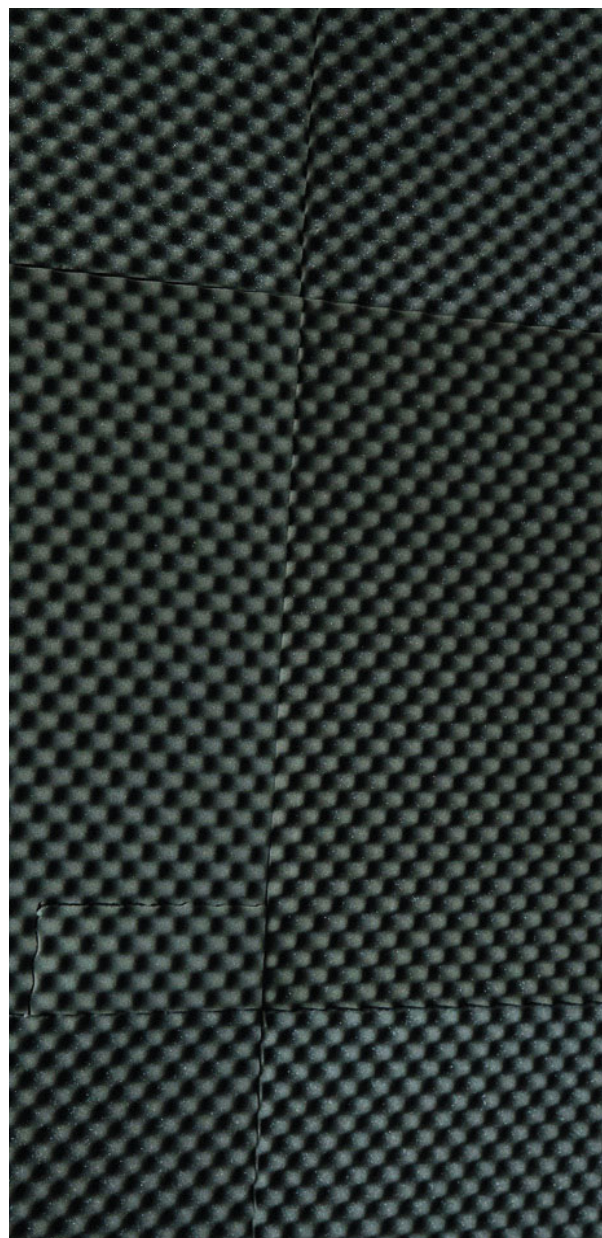
Porque o processo europeu tem de ser sempre assim tão duro? Tem que ver com o próprio processo ou com os protagonistas?

Acrescentaria os montantes em cima da mesa e a dimensão da crise. As previsões estão a deteriorar-se e a formar um quadro alarmista. Há uma lógica muito nacional para a qual, felizmente, a Alemanha não está a contribuir. Outro fator tem que ver com a unanimidade, que protege as posições dos mais pequenos e os deixa com a faca e o queijo na mão, caso queiram desempenhar esse papel de vilão. O facto de o Reino Unido ter saído abre um vazio para alguém ocupar esse espaço. Os holandeses

são os novos britânicos à mesa. Isso tem sido claro neste processo de negociação. Encontraram uma fórmula de extrapolar o seu poder, de país pequeno, contribuinte líquido, competitivo ao nível fiscal e muito beneficiário do mercado interno, mas que se escondia, em muitas matérias, atrás do biombo britânico.

Não seria de esperar que, numa pandemia, isso mudasse?

No modelo perfeito, toda a gente deveria comportar-se com responsabilidade. A Alemanha fez esse caminho. O caso italiano também é interessante. Com um recalamento de mais de uma década, foi capaz de ser construtivo neste debate. Não se isolou para tirar partido disso. Mas é preciso ter em conta a realidade: há uma renacionalização da política europeia, mais evidente nuns casos, como na Hungria e na Polónia, mas também entre os nórdicos. O caso holandês é uma súplica disto tudo, a que se junta a dimensão interna. Ambiente pré-eleitoral, sistema partidário fragmentado, em que quem ganha pode ter 15 por cento. Mas, mais do que diabolizar e colocar o ónus desse lado, coloco-o na ineficácia do lado certo da negociação. Tinham uma proposta musculada, bateram-se por um quadro financeiro reforçado, tinham apoio da maioria dos Estados, beneficiam da moderação do debate interno alemão, alinharam com França, tinham as quatro maiores economias do euro por trás, faziam a ponte entre beneficiários líquidos e não líquidos... e não conseguem fazer vingar a sua posição em quatro dias de negociação.



Essa é uma Europa nova?

É. E já se tinha visto isso na eleição do presidente do Eurogrupo, em que as quatro maiores economias do euro foram derrotadas. Outro tiro no porta-aviões foi o desprezo pelo papel da Comissão Europeia, como órgão que deve monitorizar a aplicação das regras. É incompreensível como é que uma coligação de quatro Estados pequenos, cuja população conjunta vale o mesmo que Espanha e a contribuição líquida [para o orçamento comunitário] é equivalente a França, consegue tanta preponderância.

Merkel e Macron saem derrotados?

Há aqui uma lógica de que é preciso fechar este processo. A madrugada final, com todos os acertos contabilísticos, não trouxe uma quebra dos valores totais. A postura de Merkel terá sido decisiva. Para chegar a um fecho airoso, a postura do eixo e a coor-



denação com a presidente da Comissão foram fundamentais. Que debates não estão em cima da mesa? As competências da UE e, no caso da saúde pública, é impossível continuar a ser uma competência exclusiva dos Estados. Os recursos orçamentais, em que não conseguimos ser mais ambiciosos do que um e tal por cento. E a harmonização fiscal, que ficou muito exposta neste debate, com o caso holandês. Não é possível enfrentar as próximas crises com estes instrumentos.

Rutte parece sentir-se confortável como vilão.

Isso é assumido. Ser o *bad boy*. Dá-lhe um capital decisivo. As dimensões nacionais estão sempre presentes, mas neste momento não deveria ser muito difícil a quem competiria convencer o lado mais ortodoxo de que não estamos a viver um momento normal e que a hecatombe europeia não é

“
**Hiper-
 pragmatismo
 pode ser
 vantajoso no
 curto prazo,
 mas pode
 ser o tiro no
 porta-aviões
 da UE”**

do seu interesse. Há uma fragilidade política. Isto é mais evidente quando se pensa que, nos frugais, há dois sociais-democratas. O que diz muito da nossa mitologia sobre as famílias políticas. Um social-democrata em Portugal e em Espanha não é o mesmo que na Suécia.

Mas o resultado final é positivo? É suficiente?

Não é suficiente. E fica abaixo das expectativas políticas. Verga a maioria dos Estados, verga a proposta da Comissão, verga a proposta do Conselho, verga a retaguarda do eixo franco-alemão, verga as quatro maiores economias do euro. Isto é novo e vai deixar sequelas. Ainda não conhecemos bem os efeitos da pandemia na economia e se haverá uma segunda onda que obrigue a novas paralisações. O Conselho Europeu sinaliza que não percebeu a dinâmica de deterioração das previsões económicas. Já estamos a falar de 10% a 12% de contração do PIB. O resultado final está à altura do desafio? À partida, é uma boa almofada. Mas não deixa de haver algum ceticismo.

Parece que há menos urgência hoje do que há um mês.

Acho que a coreografia do Conselho, muito twittera, muito fotográfica, infantilizou o momento.

Tweets em direto, fotografias nas salas...

As mensagens são muito simplistas, a linguagem corporal é muito relaxada. Isso dá uma imagem de uma união bastante descartável. E há um auditório a observar, que pode sentir-se defraudado. Claro que ninguém sabe se 390 ou 410 mil milhões em subvenções é suficiente ou não. Mas o facto de o valor ir diminuindo tem leitura política. Há uma Comissão muito silenciosa e um Conselho muito ouvinte, sem grande capital político e com um presidente que é uma fraca figura. Tudo isto vai ter consequências. Espero que o dinheiro chegue muito tarde às economias.

Entre uma Europa mais partida, algum ressentimento que se possa gerar, o que é que isso nos diz sobre os próximos anos?

Haverá mais coligações de vontades nacionais. Quem lidera esses grupos vai liderar os microdebates. O próximo líder da



Virados para dentro

Pires de Lima considera que "há uma renacionalização da política europeia"

CDU alemã deverá ser menos europeísta, no sentido "merkeliano" do termo. Merkel não é uma grande estratega, mas é uma boa gestora de crises e, nesta, tirou o seu passado conservador para assumir um presente social-democrata.

Já escreveu que António Costa tem conquistado protagonismo, mas nesta cimeira parece que isso não se notou.

Esteve do lado certo das soluções, com um bom discurso. O momento de agressividade face ao ministro das Finanças holandês foi bom. É um decano da família social-democrata, e isso deu-lhe estatuto. Preservou a relação com a Alemanha sem mágoa com o passado, é próximo dos planos maximalistas de Macron. Conquistou espaço. Se isso se traduz em grandes ganhos... Sem uma diminuição do seu envelope, Portugal pode dar-se como satisfeito. A boa relação com Alemanha e França ajudou a não sermos um dano colateral. O papel mais *low profile* talvez se deva ao facto de sentir que a negociação ia desvalorizando as boas propostas e não quisesse ser descapitalizado por estar a favor delas.

O Estado de direito não parece ser uma prioridade, pelas declarações na visita de António Costa a Viktor Orbán.

Acho que houve três erros. Colocar na mesma semana a visita a Haia e a Budapeste deu um grande estatuto negocial a Orbán. Em segundo lugar, a coreografia do encontro foi muito efusiva e aproveitada por Orbán, o que obrigou o primeiro-ministro a justificar-se. Além disso, era possível sinalizar que se iria adotar uma postura pragmática neste Conselho, por uma questão de sobrevivência das nossas economias, mas não ser António Costa a dizê-lo.

Não seria este o momento certo, antes de chegar o dinheiro, para fazer pressão sobre Orbán?

O artigo 2º do Tratado de Lisboa traça a grelha de princípios com os quais os Estados estão comprometidos. Este artigo está em violação pela Hungria e Polónia. Não sou por tornar os Estados párias. Sou pela integração, é assim que as sociedades se abrem. Mas no caso húngaro, a violação tem dez anos. Há mecanismos para os pu-



LIMITE DE TRUMP?

A pandemia pode estar a expor os populistas

> ESPAÇO PARA AS DEMOCRACIAS

Os últimos anos trouxeram a ascensão de "homens fortes" em países centrais para a ordem internacional, de EUA e Brasil a Rússia e Índia. Contudo, a pandemia parece estar a expor os limites dessa liderança. "Quase todos falharam. Na rapidez da resposta, na compreensão do fenómeno e na desvalorização da especialização", diz Pires de Lima, que tem explorado o tema. "Portugal na era dos homens-fortes: democracia e autoritarismo em tempos de Covid" (Tinta da China) é o título do seu próximo livro. "A pandemia pode ser o tiro no porta-aviões desta natureza de poder. Abre espaço para as democracias voltarem a erguer-se." Nos EUA, há já um problema constitucional. "Não temos uma Casa Branca racional. A cultura caiu a pique, no discurso, metodologia de trabalho, tomada de decisão. É o regime que está em causa", afirma. E para novembro, há prognósticos sobre o resultado das eleições? "Nunca mais me vou atravessar com projeções."

nir. Um dos quadros é o congelamento das verbas. Não é preciso Charles Michel dizer que só vamos disponibilizar estas verbas ou tornar a Hungria um dos maiores beneficiários do próximo quadro financeiro se cumprirem escrupulosamente a partir de agora. A dureza deveria ter sido aplicada no quadro anterior. Mas depois da campanha para a reeleição do presidente polaco, tinha de se sinalizar que isto tem de ter um travão. Às tantas, estamos a pagar um preço mais alto e temos uma UE transformada em 27 autoritarismos.

Parece haver condições para aplicar fundos do lado económico, mas não dos Direitos Humanos.

Estamos num hiperpragmatismo, em função do dinheiro e do alarmismo da crise, que atira a estaca fundacional da União para debaixo do tapete. Pode ser muito vantajoso no curto prazo para ter um acordo, mas a médio prazo pode ser o tiro no porta-aviões da UE. Não há União sem democracia. E não são democracias iliberais, isso não existe. É um crescimento de autoritarismo, concentração de poder e desrespeito pela separação de poderes, como nos casos húngaro e polaco, mas também noutros menos mediáticos, como Bulgária, Roménia e Malta. 🇵🇹